

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 03.09.2020

Aumentar a atracção turística e ajudar a recuperação da economia dos bairros comunitários

De acordo com as estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no primeiro semestre deste ano, perderam-se mais de 400 milhões de postos de trabalho a tempo inteiro no mundo, em comparação com o período anterior à COVID-19, e a taxa de desemprego dos residentes de Macau bateu o recorde dos últimos dez anos, atingindo 3,8 por cento. A tarefa prioritária de todos os governos é a de manter a estabilidade social e salvaguardar os postos de trabalho, mas a chave para os salvaguardar é proteger as empresas.

Desde o início da epidemia, o Governo promoveu, de forma ordenada, várias medidas de apoio económico, por exemplo, a introdução premente do plano de apoio pecuniário aos empregados, o plano de financiamento às empresas, o cartão de consumo para estimular a procura interna e o plano de viagens em Macau para os residentes. Embora Zhuhai e Guangdong já tenham reaberto, faseadamente, a política dos vistos individuais, o número de visitantes continua sem um aumento significativo, e creio que isso se deve à necessidade de fazer os testes de ácido nucleico, à complexidade da passagem fronteiriça e a uma maior prudência no consumo, entre outros factores que afectam a vontade de vir a Macau. Espera-se que a retoma desta política para o País inteiro melhore a situação. Foi uma satisfação o Governo ter lançado, há dias, o “Plano de alargamento da fonte de visitantes, revitalização da economia e protecção do emprego”. O plano oferece promoções nos bilhetes de avião e nos hotéis, e cupões de consumo, para atrair mais turistas a consumir, prolongar o seu tempo de estadia e gerar uma maior cadeia de consumo, criando oportunidades de negócios para os mercados de turismo e atraindo clientes para apoiar as empresas. As políticas locais estão definidas, para uma base de garantia para o funcionamento da sociedade, com apoio à recuperação das indústrias, o que pode ser considerado um bom sinal para a economia de Macau poder, gradualmente, sair da sombra da epidemia. Espero que o Governo possa também lançar medidas de apoio para os outros sectores, como a indústria cultural e criativa, e as empresas sociais, entre outras. Assim, proponho o seguinte:

1. Relativamente à indústria cultural e criativa, em termos de benefícios para os visitantes no consumo, deve-se encorajar a colaboração das PME e das organizações culturais na concepção conjunta de roteiros com uma vertente predominantemente cultural, tendo especialmente em atenção as 70 manifestações incluídas na lista do património cultural intangível, actualizada em Junho último, a fim de seleccionar algumas delas para serem integradas nesses roteiros, estimulando a exploração de novas vertentes pelo mercado de lazer e

entretenimento, e enriquecendo ainda os programas para uma estadia prolongada dos visitantes.

2. Como os vales comuns de consumo para os visitantes, ora emitidos, apenas se aplicam aos lojistas com *WeChat*, deve-se estender parte desses benefícios às PME dos bairros comunitários, nomeadamente dos bairros integrados nos actuais roteiros, para que os vales possam ser utilizados em comes e bebes, e na aquisição de guloseimas, de serviços de tratamento de beleza, de manicura e de cabeleireiro, e de artigos electrónicos óe de telecomunicações, para atrair o consumo dos turistas e reavivar a economia desses bairros.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 03.09.2020

Com o surto de Covid-19, as empresas de Macau, sobretudo as PME, enfrentam uma crise sem precedentes. Os vistos turísticos para os residentes da Província de Guangdong foram retomados em 26 de Agosto, e em 23 de Setembro vão ser alargados a todo o Interior da China, e em 1 de Setembro, foi lançado o “Plano de alargamento da fonte de visitantes, revitalização da economia e protecção do emprego” para prolongar a estadia dos turistas e incentivar o consumo, através de medidas promocionais, mas, o número de turistas não aumentou muito. Assim, a retoma da economia vai ser lenta, e o desempenho económico é imprevisível. Prevê-se que o número de turistas só atinja níveis promissores na semana dourada, ou mesmo no quarto trimestre.

Para incentivar o consumo interno, o Governo lançou o “Plano de subsídio de consumo”, com 2 fases, que está a produzir efeitos positivos, pois as PME são beneficiadas. Porém, a prevenção da pandemia já passou a normalidade, os residentes são mais cautelosos no consumo, logo, os seus efeitos são notoriamente mais fracos. Na realidade, desde que a situação estabilizou, as 6 concessionárias do jogo lançaram diversas medidas promocionais, como descontos nas compras, alojamento e restauração, bem como feiras de consumo, para atrair os residentes. Como a restauração e a venda a retalho são também áreas de actividade de muitas PME, estas estão a perder clientes, e a sua presença no mercado enfraquece, pois não são rivais das grandes concessionárias, em termos dos serviços de transporte e de lazer, e ambiente de consumo. Assim, face ao agravamento das pressões de negócio, e ao aumento das idas às compras a Zhuhai, resultante do levantamento das restrições fronteiriças, as PME nos bairros antigos continuam numa situação difícil.

As PME criaram muitos postos de trabalho, e muitas são lojas típicas que constituem uma componente importante da cultura de Macau. Face ao impacto da epidemia e à concorrência com as empresas do jogo, o Governo deve reforçar o apoio às PME, nomeadamente, promover e expandir o “Plano de lojas com características próprias”; apoiar a reconversão e valorização das PME, elevar a sua capacidade de valorização, melhorar o ambiente de negócio e criar marcas; liderar e investir na construção de uma plataforma comercial adequada às PME e abrir uma rede de publicidade e de venda online; dinamizar a vitalidade e criatividade das empresas locais, desenvolvendo produtos competitivos; apoiar as PME na reforma do modelo de gestão, no desenvolvimento dos recursos humanos, na formação e no desenvolvimento de talentos locais, etc. As PME devem mudar a sua mentalidade, e através da mudança e da inovação, alargar o seu espaço de sobrevivência e de desenvolvimento, numa estrutura assente nos sectores do jogo e do turismo como dominantes, atribuindo aos sectores dos serviços um papel importante.

(Tradução)

Como foram retomados os vistos individuais para os turistas de Zhuhai, a ligação marítima entre o Porto Interior e a Ilha da Lapa reabriu em 20 de Agosto, com o horário das 7 às 22 horas. A partir do dia 3 deste mês, a frequência das carreiras vai passar de uma hora para meia hora, o que, acredito, facilita a vida dos turistas e as deslocações dos residentes. Espero que o Governo aproveite a abertura do terminal marítimo para reforçar a sensibilização das lojas características com produtos típicos do Porto Interior, no sentido de atrair mais turistas a visitá-las e a consumir, revitalizar a economia dos bairros antigos e apoiar as PME.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 03.09.2020

Em Macau, o impacto da epidemia no emprego tem-se agravado: a taxa de desemprego dos residentes aumentou para 3,8%, os desempregados no sector do jogo aumentaram significativamente, e muitos trabalhadores estão em subemprego e *layoff*. A DSAL é activa nas colocações, mas como as vagas são limitadas, muitos desempregados ficam sem notícias mesmo depois de se terem registado. Segundo algumas pessoas que estão a procurar emprego, não aceitaram ofertas porque as remunerações oferecidas eram demasiado baixas, mas há pessoas que têm dificuldade em arranjar emprego por inadaptação das suas capacidades às exigências, encontrando-se por isso em situação de desemprego estrutural. Todas estas situações dificultam, em certa medida, as colocações.

Para reduzir o impacto da epidemia na vida da população, o Governo vai lançar, este mês, uma nova ronda de formação subsidiada, incluindo o novo “Plano de formação subsidiada orientada para o aumento das competências técnicas” destinado aos trabalhadores no activo e o actual “Plano de formação subsidiada orientada para a empregabilidade” destinado aos desempregados. Quanto ao primeiro plano, o empregador ou o trabalhador pode receber um subsídio de 5000 patacas depois da conclusão da formação e consoante a situação de emprego. Quanto ao segundo plano, as vagas aumentaram significativamente, e aligeiraram-se os requisitos para atribuição do subsídio. Para além dos desempregados, são ainda destinatários os recém-graduados do ensino secundário complementar. Os formandos, depois de concluída a formação e preenchidos determinados requisitos, podem receber um subsídio de 6656 patacas, e podem ainda, através da formação, dominar competências técnicas necessárias e ter oportunidades de emprego. Crê-se que esta medida pode apoiar mais residentes com dificuldades e vem comprovar os esforços das autoridades.

Acumula-se experiência da fase inicial e, segundo muitos formandos, é difícil, com só um mês de formação, ficar rapidamente a par das exigências dos novos postos de trabalho, portanto, o Governo deve reforçar o aconselhamento e o apoio subsequente, e espera-se que os empregadores dêem mais oportunidades aos formandos, com vista a ultrapassar estes tempos difíceis, através dos esforços conjuntos. Os planos excluem os que já se encontram desempregados desde 2019 e enquadram-se na orientação de emprego, aliás, a atribuição do subsídio integral depende do sucesso na procura de emprego ou da conjugação do trabalho, constituindo um forte apoio aos desempregados que querem arranjar emprego. Espera-se que o Governo alargue o “Plano de formação subsidiada orientada para a empregabilidade” a todos os desempregados, para beneficiar mais pessoas.

O “Plano de formação subsidiada orientada para o aumento das competências técnicas” é destinado aos trabalhadores no activo e aos trabalhadores por conta própria que reúnam os requisitos, quanto aos outros, têm de ser recomendados

pelo empregador, e cada empresa só pode apresentar um máximo de 5. Como a população em subemprego ultrapassa as 13 mil pessoas, muitos trabalhadores estão de licença sem vencimento, e as empresas com mais de 5 trabalhadores precisam de pensar como é que vão distribuir as quotas, uma vez que são mais os trabalhadores do que as quotas, e algumas empresas não vão participar devido à inconveniência, assim, os trabalhadores que estão de licença sem vencimento vão ser afectados. Além disso, o plano exclui os promotores de jogo, logo, os trabalhadores dessas empresas não são beneficiados, por exemplo, muitos trabalhadores das salas VIP estão de férias sem vencimento, como não trabalham não recebem, mas estão excluídos do plano. Espero que as autoridades melhorem o plano, aumentem as quotas e alarguem os sectores a apoiar, para que mais trabalhadores de férias sem vencimento possam ser atempadamente apoiados.

Com a retoma gradual da política de visto individual do Interior da China e a recente medida de dinamização do turismo adoptada pelo Governo da RAEM, acredita-se que, em certa medida, se poderá impulsionar a retoma da economia e a criação de mais postos de trabalho. Contudo, a situação de epidemia apresenta riscos e o impacto na economia ainda não desapareceu, por isso, os trabalhos de apoio ao emprego não podem reduzir, devendo-se prestar atenção às variações do mercado de emprego e adoptar medidas atempadas para assegurar o emprego e a qualidade de vida da população.

IAOD da Deputada Chan Hong em 03.09.2020

Fechar quanto antes o novo contrato de autocarros, melhorar a qualidade do serviço

Em 2018 e 2019, o Governo renovou os contratos com as 2 empresas de autocarros até ao final deste ano. Isto tem merecido a atenção da população, que está descontente, pois o Governo gasta elevadas somas do erário público para subsidiar as empresas, mas a fiscalização pública é fraca. Os residentes querem o aumento da frequência dos autocarros e melhor qualidade dos serviços. De acordo com um inquérito de Julho, a qualidade do serviço só por pouco é que atingiu o nível satisfatório. Os utilizadores opõem-se à renovação dos contratos por curto prazo, e exigem que o conteúdo dos novos contratos seja divulgado quanto antes, para consulta pública. O Governo adiantou que não ia estender o prazo dos actuais contratos, que os novos contratos iam estar prontos até 15 de Agosto, mas já estamos em Setembro, e ainda nada foi divulgado, deixando a sociedade muito ansiosa. Espera-se essa divulgação quanto antes, para se ouvir amplamente as exigências e opiniões da população, no sentido de aumentar a transparência das políticas e reforçar a fiscalização pública. Tudo isto para fechar os contratos no prazo previsto.

A qualidade dos serviços de autocarros tem sido foco da atenção da sociedade. As autoridades devem aproveitar os novos contratos, para discutir seriamente com as companhias de autocarros e chegar a consenso, com vista à coadunação dos serviços com o planeamento do trânsito em geral, e à elevação da respectiva qualidade. Assim, sugiro às autoridades: 1) No novo contrato, aumentar os veículos movidos a energias novas, aperfeiçoar as instalações complementares de carregamento, etc., e concretizar a ideia de transportes verdes; 2) Optimizar as carreiras, a localização das paragens e a frequência, introduzir ajustamentos para resolver as dificuldades em apanhar autocarro e os congestionamentos nas horas de ponta; 3) Melhorar o mecanismo de avaliação, prémios e sanções, reforçar a fiscalização pública sobre a qualidade dos serviços, e evitar os “autocarros fantasma”, para garantir o uso racional do erário público; 4) Reforçar a formação do pessoal, por exemplo, dos motoristas, aumentar a sua consciência de servir e de segurança; e 5) Aumentar constantemente o número de autocarros de piso mais baixo e com instalações livres de barreiras, para apoiar as mobilidade dos deficientes.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 03.09.2020

Promover a educação em inteligência artificial para apoiar a diversificação das indústrias criativas

Com o rápido desenvolvimento da ciência e tecnologia na China, a inteligência artificial (AI) está na vanguarda mundial e já se tornou um projecto importante do país. Em Março de 2017, a inteligência artificial foi incluída pela primeira vez no “Relatório de Trabalho do Governo” do Conselho de Estado e entrou oficialmente no nível estratégico nacional. Em 20 de Julho do mesmo ano, o Conselho de Estado emitiu o "Plano de Desenvolvimento para uma Nova Geração de Inteligência Artificial", no qual se propõe implementar um projecto nacional de educação em inteligência artificial, criar cursos de inteligência artificial nas escolas primárias e secundárias, promover a educação em programação, encorajar as forças sociais a participar no desenvolvimento e promoção de software e jogos de programação de entretenimento, apoiar o desenvolvimento de concursos de inteligência artificial, encorajar várias formas de popularização da inteligência artificial na ciência, e incentivar a participação dos cientistas na inteligência artificial.

Em 16 de Maio de 2019, quando a UNESCO, o Ministério da Educação e a cidade de Pequim organizaram conjuntamente a Conferência Internacional sobre Inteligência Artificial e Educação, o Ministro Chen Baosheng, do Ministério da Educação, referiu o seguinte: "Que a nova tecnologia e o conhecimento da inteligência artificial entrem nas disciplinas, profissões, cursos, materiais didácticos, salas de aula, planos de aula e mentes dos estudantes. Há que criar cursos relacionados com inteligência artificial nas escolas primárias e secundárias, para promover a educação universal". Propõe-se ainda os quatro caminhos a seguir no desenvolvimento da educação inteligente, nomeadamente o da universalização, o da integração, o da transformação e o da inovação.

A pandemia de Covid-19 também afecta Macau. A educação inteligente é importante para se promover melhor a inovação tecnológica e a diversificação industrial, e deve começar logo no ensino primário e secundário. O Governo tem planos para criar uma zona de escolas na Zona A dos Novos Aterros, reforçando a construção de infra-estruturas, com vista à articulação com o desenvolvimento do ensino da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). Como a inteligência artificial é a tendência necessária para o futuro, o País presta muita importância ao desenvolvimento das tecnologias de inteligência artificial e à formação dos respectivos talentos. Mais, inclui cursos de inteligência artificial nas escolas primárias e secundárias para os alunos ficarem cientes de que estão numa era de inteligência artificial, com vista à reserva para o futuro desenvolvimento tecnológico. Sugere-se ao Governo que estude a viabilidade de aplicar isto em Macau, introduzindo cursos de inteligência artificial nas escolas primárias e secundárias.

Segundo informações, são poucas as escolas de Macau onde há aulas de inteligência artificial, e estas variam consoante a situação da escola. Está tudo na fase inicial, e as escolas estão também a introduzir estas aulas tendo em conta os seus recursos humanos, financeiros e de espaços, e ainda a pressão do pessoal docente e dos alunos, com vista a que estes vão acumulando conhecimentos teóricos sobre as tecnologias avançadas, tais como a inteligência artificial, e melhor se promova a generalização das aulas de inteligência artificial, para se formar talentos com conhecimentos práticos, genéricos e com domínio das tecnologias avançadas, criando-se assim uma reserva destes talentos.

Assim, sugere-se ao Governo que, tendo em conta a situação de cada escola e as múltiplas técnicas de formação em inteligência artificial, crie os elementos necessários para se dar o primeiro passo de iniciação e apoio na definição dos planos curriculares e na introdução de equipamentos. O Governo, as instituições do ensino superior e as entidades de investigação devem incentivar a introdução de empresas com experiência, para impulsionar o desenvolvimento académico, tudo no sentido de acompanhar de perto o desenvolvimento e as tendências de futuro. Sugere-se, ainda, que se promova, de forma gradual e planeada, a generalização da aprendizagem sobre inteligência artificial como cultura dentro das escolas, podendo criar escolas-piloto e cursos experimentais, bem como que se promova, gradualmente, a generalização da inteligência artificial nos ensinos primário e secundário.

O recurso à inteligência artificial é a tendência inevitável do futuro desenvolvimento, e faz parte da estratégia do país. Com base na importância dada pelo país à inteligência artificial, no forte investimento, e na formação de talentos relevantes, a criação de cursos sobre inteligência artificial nas escolas primárias e secundárias contribui para a preparação para o futuro, permitindo que os alunos percebam que estão na era da inteligência artificial, que dominem a capacidade de pensar de forma independente e aumentem a sua consciência em relação à inovação.

De um modo geral, o recurso à generalização da inteligência artificial para a formação de talentos que dominem as respectivas técnicas contribuirá bastante para a construção de uma cidade inteligente e para o desenvolvimento diversificado das indústrias.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 03.09.2020

Reforçar o estudo sobre as relações laborais harmoniosas e colocar os resultados em prática

A taxa de desemprego dos residentes atingiu os 3,8 por cento, o número mais elevado dos últimos dez anos. A população activa perdeu 7 mil pessoas desde Janeiro e, desde o início do ano até agora, registaram-se na DSAL 3458 trabalhadores que se desligaram do serviço sem ser por iniciativa própria. Muitos locais também foram obrigados a gozar férias sem vencimento, especialmente após a implementação das novas políticas alfandegárias entre Guangdong e Macau, em meados de Julho, e é cada vez maior este número de férias sem vencimento, porque as empresas dão mais atenção aos trabalhadores não residentes. Segundo as previsões de alguns operadores do jogo, esta situação vai prolongar-se até Junho do próximo ano. Nesta conjuntura, os conflitos laborais vão tornar-se mais evidentes e frequentes.

As relações de trabalho são das relações sociais mais necessárias e importantes. A estabilidade e a harmonia das relações de trabalho afectam directamente o desenvolvimento económico e a harmonia social de Macau. Questionei várias vezes o Governo sobre como criar relações laborais harmoniosas, e o ex-Chefe do Executivo afirmou que a Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional ia proceder a uma avaliação e a um estudo global sobre a criação de relações laborais harmoniosas. Na resposta a uma interpelação escrita minha, essa Direcção referiu que, em Janeiro do ano passado, tinha encarregado a Universidade Central de Finanças e Economia de proceder a um estudo sobre as questões básicas das relações de trabalho e o mecanismo de concertação dessas relações. O grupo de pesquisa da Universidade apresentou em Novembro o respectivo relatório, e o Governo, com base neste, e tendo em conta o desenvolvimento de estudos paralelos que realizara, definiu, em Janeiro deste ano, uma proposta de políticas. Segundo o relatório, o actual mecanismo de concertação é ainda eficaz, mas, no futuro, e no contexto da Grande Baía, deverá aperfeiçoar-se esse mecanismo, e estabelecer e aperfeiçoar as leis laborais favoráveis às famílias, sobretudo quanto aos critérios laborais, que devem ser melhorados continuamente, de acordo com as necessidades do desenvolvimento social.

As relações laborais em Macau ainda são harmoniosas, mas salienta-se no estudo concluído, em conjunto, pela Federação das Associações dos Operários de Macau e a Universidade Renmin da China, que a estabilidade nas relações laborais de Macau foi apenas guiada, temporariamente, pelo desenvolvimento económico, e o processo está repleto de armadilhas: em particular, o desequilíbrio geral das relações laborais devido à estrutura industrial única; a falta de um mecanismo eficaz de longo prazo inerente ao sistema de relações laborais; os problemas latentes de falta de mão-de-obra e da existência de trabalhadores

não residentes; a falta de um sistema colectivo de relações laborais, embora com melhoria da situação de certos sistemas dessas relações; a fraqueza quanto à sustentabilidade dessas relações. Por conseguinte, é difícil ser optimista quanto ao futuro das relações laborais em Macau. Assim, o Governo e a sociedade devem continuar a prestar atenção a isto, estabelecendo, quanto antes, um sistema eficaz de longo prazo para promover o desenvolvimento sustentável das relações laborais.

Na minha opinião, os passos e os processos de promoção da harmonia das relações de trabalho desenvolvidos pelo Governo não são satisfatórios, nomeadamente, em relação à criação do sistema de indicadores das relações de trabalho harmoniosas. Espero que as autoridades continuem a reforçar os estudos teóricos sobre isso, criando, quanto antes, um conjunto de indicadores científicos, racionais e úteis, para avaliar o grau de harmonia das relações laborais e o funcionamento do mecanismo de concertação dessas relações, para que o juízo sobre as relações de trabalho tenha fundamento, e transformem, em tempo oportuno, os resultados, sob a forma de diplomas legais, em direitos e interesses dos trabalhadores, fazendo com que os estudos deixem de estar apenas no papel e não terminem só aí.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 03.09.2020

Face ao impacto da epidemia, para proteger a vida e a saúde dos residentes, o Interior da China e Macau adoptaram medidas rígidas no controlo das fronteiras. A epidemia está controlada, portanto, algumas restrições foram levantadas, agora pode-se sair e voltar livremente a Macau, desde que se prove ter feito o teste de ácido nucleico válido para sete dias, regressando gradualmente à normalidade as relações económicas e culturais entre as duas regiões.

Com o controlo da pandemia nos vários países, a circulação de pessoas aumenta. O Interior da China publicou um aviso sobre as facilidades dos vistos para estrangeiros com autorização de permanência na China válida. A partir de 10 de Agosto foram sendo levantadas, gradual e ordeiramente, as restrições aos vistos para trabalho, assuntos particulares e convívio familiar para os cidadãos de alguns países da Europa que já têm autorização de permanência e que pretendam deslocar-se à China, desde que, após a entrada, observem as normas de controlo da epidemia, nomeadamente fazer prova do teste de ácido nucleico ou a sujeição a quarentena de 14 dias para observação médica. São estas as facilidades criadas, gradual e ordeiramente, para a retoma do trabalho e da produção, e para o reinício das aulas.

Enquanto cidade com elevado nível de internacionalização, Macau tem contactos estreitos com diversos países no intercâmbio cultural e de pessoas, investimentos, negócios, turismo, etc. Para prevenir e controlar eficazmente a epidemia, a partir de 18 de Março, é proibida a entrada em Macau de titulares de passaporte estrangeiro, incluindo turistas e trabalhadores não residentes titulares de “cartão azul”. A epidemia já persiste há meio ano e está eficazmente controlada em Macau, vários sectores já retomaram as actividades, e diversas escolas do ensino superior também recomeçaram as aulas. Contudo, vários investidores estrangeiros e trabalhadores não residentes continuam a não conseguir vir até Macau para actividades comerciais ou para trabalhar, e os professores e estudantes estrangeiros do ensino superior também não conseguem voltar à escola.

A epidemia está eficazmente controlada em vários países, e a manutenção da proibição da entrada de estrangeiros pode vir a afectar gravemente a restauração da normalidade do intercâmbio ao nível económico, académico, e cultural, entre outros. Segundo representantes de vários sectores e trabalhadores de instituições do ensino superior, eles esperam que o Governo pondere o relaxe gradual das políticas de entrada em Macau dos estrangeiros que cá vivem, estudem ou trabalhem; ou, sob o pressuposto de salvaguardar a segurança na prevenção da epidemia, pondere negociar com o governo do Interior da China, para deixar entrar em Macau, via aeroportos do Interior da China, os comerciantes, estudantes e pessoal docente, titulares de passaporte estrangeiro,

e as pessoas com necessidade de vir a Macau, indivíduos esses que, depois de cumprirem as medidas de prevenção da epidemia, incluindo um certificado válido do teste de ácido nucleico, código de saúde e observação médica durante 14 dias, devem entrar em Macau através do posto fronteiriço previamente indicado. Trata-se de uma medida para facilitar a passagem fronteiriça para os estrangeiros que tenham necessidade de vir a Macau.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 03.09.2020

Com o impacto do surto epidémico e da instabilidade económica mundial, o desenvolvimento socioeconómico de Macau tem registado uma tendência de descida, afectando em primeiro lugar o emprego. Segundo os dados estatísticos do Governo, entre Maio e Julho, a taxa de desemprego dos residentes situou-se nos 3,8 por cento, com uma subida de 0,3 pontos percentuais em relação ao período anterior. No período em análise, a população desempregada era de 11 100 pessoas, mais 1000 em comparação com o período transacto. Por outro lado, com os novos diplomados que entraram no mercado de trabalho, o número de desempregados à procura do primeiro emprego representa 9,2 por cento do total da população desempregada, um crescimento relativamente grande.

O emprego é a base da vida da população e a fonte do desenvolvimento, e garantir uma boa taxa de emprego tem uma relação efectiva com a estabilidade social e o bem-estar da população. Assim, o Governo organizou, em finais de Agosto, a “Feira de emprego para jovens”, a fim de informar os jovens sobre a situação global de emprego em Macau e as técnicas de procura de emprego, com apoio diversificado ao emprego e oportunidades de emprego para os jovens, ajudando-os na integração no mercado de trabalho sob o impacto da epidemia. A actividade foi bem acolhida e atraiu mais de 4000 visitantes. É com grande satisfação que vejo que, neste meio ano, o Governo se tem preocupado com as necessidades urgentes da população, adoptando várias medidas para assegurar o bem-estar da população, ajudando as empresas a ultrapassar as dificuldades, explorando oportunidades de negócio para as pequenas e médias empresas (PME), e estabilizando o emprego dos residentes. Quanto ao emprego, o Governo lançou várias medidas, nomeadamente, cursos de formação para elevar as técnicas, formação subsidiada e colocação profissional, as quais foram amplamente elogiadas pela sociedade e alcançaram alguns resultados.

Mas, ao mesmo tempo, temos que ver que, neste momento, a conjuntura política e económica mundial não é estável. Os trabalhos de prevenção da epidemia em Macau estão sob controlo, mas a epidemia global ainda não o está. O desenvolvimento económico e a tendência de emprego de Macau serão certamente afectados em breve. Assim, espero que o Governo continue a envidar esforços para reforçar a formação técnico-profissional dos jovens e as plataformas de conjugação de emprego, para ajudar, na adversidade, a autovalorização dos novos trabalhadores jovens. E ainda, tendo em conta as acções de formação para elevar a capacidade técnica e os planos de formação subsidiados, ponderar o aumento das vagas e dos tipos de cursos, de acordo com as necessidades da sociedade. Para além dos cursos existentes, como de construção, canalização e electricidade, beleza, cabeleireiro, confeitaria, etc., pode ainda, de acordo com as necessidades de desenvolvimento a longo prazo da indústria de Macau, criar mais

(Tradução)

cursos para o aumento das capacidades técnicas para jovens com elevadas habilitações académicas ou para profissionais, por exemplo, nas áreas financeira, cultural e criativa, etc., em prol do apoio aos jovens na elevação das suas capacidades técnicas e da estabilidade do emprego, e também para, a longo prazo, a reserva de talentos necessários ao desenvolvimento de Macau e o ajustamento da estrutura industrial.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 03.09.2020

Há dinheiro para construir casinos, mas para os esgotos já não há?

Victor Hugo, ilustre nome da literatura francesa do Século XIX, escreve no seu famoso romance “Os Miseráveis” que “os esgotos são a consciência da cidade”.

A frase pode não ter nenhuma ligação directa com o planeamento urbanístico de Paris, pois é uma ironia aos responsáveis que só se preocupavam com a aparência vistosa das cidades, mas os esgotos são, na realidade, abrigo e alojamento dos fugitivos e vulneráveis.

As pessoas podem ter leituras diferentes desta frase. Lung Ying-tai, escritora de renome de Taiwan, chegou a escrever: “para avaliar o desenvolvimento duma cidade, basta uma chuva intensa, melhor a potes, durante umas boas 3 horas, porque a cidade pode ter dinheiro para construir arranha-céus, mas não tem vontade de desenvolver os esgotos. Os arranha-céus vêm-se, mas os esgotos não. É preciso uma chuva torrencial para revelar o verdadeiro rosto duma cidade desenvolvida”.

Se os esgotos são a consciência da cidade, o tufão Hato revelou, impiedosamente, há 3 anos, a maior falta de consciência desta nossa cidade, uma das mais ricas do mundo, mas com infra-estruturas de prevenção de desastres e inundações fragilíssimas. Naquele ano, as inundações ceifaram 10 vidas, e ainda temos bem presente a passagem devastadora daquele super tufão.

Nos últimos três anos, Macau foi atingido por três tufões de sinal 10, o Hato, o Mangkhut no ano seguinte e o recente Higos. Toda a sociedade, sobretudo os moradores das zonas mais baixas, ficaram mais alerta em relação aos anos causados pelos tufões, em resultado das “lições sangrentas”, naturalmente.

Com a fiscalização pública, acabámos de elaborar o “Plano decenal de prevenção e redução de desastres (2019-2028)”, e o “Regime jurídico de protecção civil” mais actualizado vai entrar em vigor brevemente, e os serviços meteorológicos aprenderam com a experiência e aperfeiçoaram o mecanismo de alerta e de gestão interna. Vários serviços melhoraram as válvulas anti-retorno dos efluentes na zona costeira, as válvulas para a protecção contra inundações e os tubos de drenagem, entre outros.

Contudo, as obras das infra-estruturas contra inundações, que são o ponto-chave da recuperação da “consciência da cidade” e foco da atenção das pessoas, na sua maioria, não passam do papel. Passados três anos desde o Hato, nem sequer uma grande obra foi concluída, o que nos deixa despontados e indignados.

Segundo a plataforma para a divulgação de informações sobre a prevenção e redução de desastres, criada pelas Obras Públicas a pedido da AL, as obras da box-culvert da estação elevatória de águas pluviais do Norte do Porto Interior e de prevenção de inundações entre o Fai Chi Kei e a Ilha Verde já registaram avanços, e as respectivas conclusão e entrada em funcionamento estão previstas para 2021, podendo resolver-se, de certa medida, as inundações causadas por chuvas intensas e marés, porém, as restantes obras ainda estão por decidir e nem sequer há resposta sobre a sua construção.

A obra do murete de protecção contra inundações do Porto Interior pode acabar suspensa devido às grandes dificuldades de execução e aos poucos efeitos que pode vir a ter; as obras do depósito para armazenamento de água na Praça de Ponte e Horta e da barragem de maré no Ponto Interior aguardam, respectivamente, a elaboração do projecto e o teste de simulação em tempo real, para se poder ter condições para tomar decisões; há muitas incertezas na obra do depósito para armazenamento de água no Canídromo, que pode acabar por ser substituída pelo depósito natural para armazenamento de água na Bacia Norte do Patane; e as obras de melhoramento do dique do Porto Exterior e as de prevenção de inundações e drenagem na zona oeste de Coloane encontram-se ainda na fase de estudo da sua viabilidade.

Enquanto deputado com gabinete situado nas zonas mais baixas, na Rua do Tarrafeiro, estou convicto e tenho reiterado que há sempre mais soluções do que problemas e que as inundações não devem ser o destino de Macau! Contudo, perante os projectos de infraestruturas de controlo das inundações que estão sempre por discutir sem haver decisões e que demoram muito tempo, é natural que a capacidade dos esgotos não consiga responder aos fenómenos climáticos radicais cada vez mais frequentes e ao desenvolvimento descontrolado da cidade acompanhado de muitas obras de aterro, por isso, é que os moradores das zonas baixas nunca se atrevem a ser optimistas.

Aprender com as lições do passado pode servir de base para as acções do futuro. É importante que as gentes de Macau e as gerações vindouras tenham em mente a lição dolorosa do tufão Hato, para entendermos que o ser humano deve ser sempre humilde e reverente perante a natureza, e para nos alertar a insistir na fiscalização e promoção da conclusão das grandes infra-estruturas para o tratamento de inundações.

Neste mandato, o Governo está sempre a dizer que quer “melhorar a colaboração interserviços” e “reforçar a cooperação regional”, mas isto não passa de mero slogan para os moradores que vivem nas zonas baixas. Continua a faltar coordenação interserviços, passando-se as responsabilidades de uns para os outros, e os documentos precisam de ir e vir inúmeras vezes quando se trata de assuntos envolvendo as regiões vizinhas, portanto, os residentes continuam à

(Tradução)

espera, há vários anos, sem saber se as referidas infra-estruturas vão ser contruídas e quando, o que constitui uma grande nódoa para o actual Governo.

Se um dia as pessoas deixarem de ficar irritadas com as pequenas inundações e assustadas com as grandes, significa que a nossa forma de tratar as inundações surtiu efeito, podendo comprovar-se o sucesso das grandes acções governativas e construir uma força motriz para a revitalização da economia nos bairros comunitários.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 03.09.2020

Há que divulgar, quanto antes, informações sobre as medidas de prevenção da epidemia e a respectiva organização

Na sua maioria, as escolas de Macau iniciaram as aulas em 1 de Setembro, mas a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ) só em 27 de Agosto é que anunciou que os alunos do K1 só podem ir às aulas quando completarem 3 anos, e as escolas e os pais entendem que o anúncio foi feito muito tarde, só poucos dias antes do início das aulas. Algumas escolas receiam que essa medida possa perturbar os planos pedagógicos, aumentando o volume de trabalhos dos professores, e, segundo muitos pais, as autoridades não revelaram antes que as aulas iam ter início de forma faseada, e só poucos dias antes do início das aulas é que os mesmos receberam subitamente a notícia de os seus filhos não poderem ir, o que os deixou afectados.

As escolas e os encarregados de educação sabiam que, por razões de prevenção epidémica, o Governo ia tomar medidas especiais, por exemplo, a impossibilidade de regressar às aulas na maior parte do primeiro semestre, com estudo em casa. Apesar de as medidas serem inconvenientes, todos colaboram no combate à epidemia. Mas a data do início das aulas, que podia ser planeada e divulgada com antecedência, foi anunciada apenas alguns dias antes da retoma da actividade escolar, o que deixou muitos pais confusos e desprevenidos. Mais tarde, o Instituto de Acção Social (IAS) anunciou que vai entrar em coordenação com as creches subsidiadas para, com medidas amigáveis, apoiar as famílias a cuidar das crianças com menos de 3 anos de idade do nível de ensino K1, aliviando, em certa medida, a pressão dos encarregados de educação. Segundo alguns pais das crianças que vão ingressar nos infantários e creches, esses estabelecimentos ainda não estão totalmente reabertos e apenas prestam serviços limitados através de medidas amigáveis. As crianças do nível K1 que por enquanto não podem ingressar na escola necessitam de cuidados, mas os pais podem não conseguir uma creche, e necessitam de procurar uma vaga. Por isso, espero que o Governo possa prestar mais apoio e assistência aos encarregados de educação com filhos que não conseguem entrar nas creches em tempo oportuno, a fim de lhes reduzir o impacto dessa situação. Mais, devem ser disponibilizados recursos para ajudar as escolas e os docentes a enfrentarem as respectivas disposições.

Seja como for, a epidemia já se mantém há mais de meio ano e não se sabe quando vai passar. Como a sua prevenção passou a ser a normalidade, os serviços competentes, ao implementarem medidas preventivas, devem fazer uma consideração adequada e uma avaliação científica. O referido exemplo demonstra a importância da divulgação atempada das informações pelas autoridades, pois só assim é possível reduzir os incómodos a causar às pessoas e permitir uma melhor colaboração de toda a sociedade.

Perante a epidemia, os residentes entendem que não se pode afrouxar os trabalhos gerais de prevenção e controlo, e os serviços de saúde assumem uma grande responsabilidade na detecção da mesma, incluindo fazendo uma boa gestão dos diversos postos fronteiriços e dos indivíduos que entram em Macau, para reduzir, ao máximo, os riscos; devem ser estabelecidas medidas de contingência a aplicar de imediato, em caso de alteração, e actualizadas adequadamente as orientações e as exigências de prevenção contra epidemias. Em situação estável da epidemia, as orientações que impedem o movimento normal e a vida devem ser ajustadas adequadamente, para garantir que sejam operacionais, e minimizar o impacto aos residentes.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 03.09.2020

Na maioria das escolas o ano lectivo já começou, portanto, a maioria dos alunos já retomou o horário normal das aulas, menos alguns alunos dos jardins-de-infância com idade inferior a 3 anos. Devido ao grande número de alunos a regressarem ao mesmo tempo às escolas, para se articularem com as medidas de prevenção, muitos encarregados de educação saíram de casa mais cedo para levar os filhos. Sob a coordenação dos Serviços de Educação, dos Serviços de Tráfego e do Departamento de Trânsito, nestes dias de início das aulas o trânsito melhorou. Graças aos esforços das entidades competentes, houve sucesso no arranque do ano lectivo, permitindo aos alunos regressar às escolas.

Porém, houve ainda congestionamentos nalguns locais, e uma das razões foi que 10 projectos de obras envolvendo vias principais não foram concluídos até ao início do novo ano lectivo e, nalguns casos, houve mesmo atrasos, o que nos preocupa. Ao longo do tempo, não se parou de efectuar obras rodoviárias e escavações repetidas, afectando, gravemente, a vida quotidiana da população. O Governo criou, em Março de 2009, o Grupo de Coordenação das Obras Viárias, para melhor coordenar e fiscalizar a autorização e execução de obras, reforçando a coordenação no processo de construção e melhorando a eficiência do trabalho. Mas o Grupo não surtiu efeitos no início da sua criação, e foi mesmo criticado, em 2017, pelo relatório de auditoria, devido à sua ineficácia e à existência de lacunas na autorização de licenças e na implementação de reuniões semanais de coordenação, e às situações caóticas na fiscalização do progresso e na execução das obras, com atrasos frequentes de obras, e escavações repetidas num curto período de tempo. Até finais de 2016, esse Grupo apresentou dez medidas para otimizar a gestão e, ao fim de alguns anos, houve alívio da situação. Mas os resultados ainda estão aquém das expectativas da população. O Governo disse que ia recolher junto dos serviços públicos e das empresas de utilidade pública os planos das obras de escavação dos próximos 3 anos, para uma coordenação e apreciação uniformizada dos pedidos, e ia proibir a repetição de escavações no mesmo local, quando não fossem urgentes, mas, mesmo assim, a ocorrência de obras continua a ser frequente.

Convém frisar que, desde a ocorrência da epidemia, como o fluxo de peões e veículos se reduziu bastante, as autoridades aproveitaram para realizar várias obras nas ruas. Com o alívio gradual da situação da epidemia e a normalização da prevenção, os residentes ou retomaram o seu trabalho ou retomaram a ida para as aulas, e também foram levantadas parcialmente as restrições da política dos vistos individuais, com o aparecimento de mais turistas e, em consequência, o aumento da pressão do trânsito. Só que muitas obras rodoviárias ainda estão por concluir, com grande impacto para os residentes. Os serviços competentes devem prestar esclarecimentos sobre o ponto de situação das obras e reforçar a fiscalização, para que estas possam ser concluídas o mais rápido possível, e efectuar ainda, quanto antes, a coordenação na definição dos planos das obras

viárias para o próximo ano, para evitar escavações desnecessárias e reduzir o seu impacto, com vista a proporcionar um bom ambiente rodoviário para os cidadãos poderem deslocar-se com tranquilidade.

IAOD dos Deputados Ma Chi Seng e Fong Ka Chio em 03.09.2020

Apoiar a medida de “alargamento da fonte de visitantes, revitalização da economia e protecção do emprego”

O Governo criou o “Fundo de apoio ao combate à epidemia no valor de 10 mil milhões de patacas”, que tem vindo a ser implementado de acordo com os procedimentos estabelecidos e aplicado de forma precisa, e as outras medidas estão a ser lançadas sucessivamente. Sob o pressuposto do controlo da epidemia, as medidas têm vindo a surtir alguns efeitos, com o Governo a atribuir subsídios e apoios aos residentes, empresários e trabalhadores por conta própria, e também com a retoma gradual dos vistos individuais.

Mas a economia local e a situação de emprego continuam a sofrer pressões tendo em conta a situação internacional e nas regiões periféricas. Neste momento, o número de visitantes e a taxa de ocupação hoteleira estão a sofrer grandes reduções, e os sectores do turismo, hotelaria e do jogo são os primeiros a serem atingidos, enquanto o sector de venda a retalho e a restauração continuam com muitas dificuldades. Mais, a sociedade também não está optimista quanto à situação de emprego. Os guias turísticos e os taxistas, entre outros, também estão a ser afectados. A sociedade sente muita pressão económica e de vida, levando a uma influência negativa no ambiente de consumo. As expectativas da população em relação ao futuro são muito importantes, pois espera-se que, após este período, haja luz ao fundo do túnel.

Assim, o Governo deve aplicar os recursos financeiros e políticos de forma eficaz, acertando nos pontos fulcrais, para atingir os resultados desejados pela população. Após ouvir as opiniões dos sectores e de especialistas, o Governo da RAEM lançou, a partir de 1 de Setembro, medidas para estimular o turismo e o consumo, sob o lema “alargamento da fonte de visitantes, revitalização da economia e protecção do emprego”. A actual questão fulcral é: para que a indústria do turismo e lazer e os outros sectores voltem à normalidade, é preciso haver turistas e consumo. Assim, em articulação com a reabertura da política dos vistos individuais em todo o País, a partir do final de Setembro, foram reservados 3,2 mil milhões de patacas como fundo de reserva para alargar a fonte de turistas, com promoções nos bilhetes de avião e nos quartos de hotel, entre outras. Isto é um incentivo para que haja um segundo consumo, e somos de opinião de que é o caminho certo!

Claro, uma boa política ou medida está dependente de uma boa aplicação. Podemos dizer: “é nos pequenos detalhes que se decide o sucesso”. Vamos ampliar a nossa fonte de turistas, promovendo um incentivo para um segundo consumo para que regressem novamente a Macau, mas precisamos de prestar um bom serviço. Esta forma de promoção pode atrair os turistas a consumirem novamente, mas só com a prestação de um bom serviço e uma boa reputação é que conseguimos promover um terceiro, quarto, ou até mais, consumos. Os

serviços públicos devem cooperar e dialogar com os sectores hoteleiro, de restauração, de venda a retalho e de transportes, entre outros, explicando-lhes as políticas, formulando-lhes exigências e definindo-lhes orientações, para desenvolver bem este plano de estímulo, e de forma detalhada, para poder surtir o seu melhor efeito.

A epidemia ainda não terminou a nível mundial, por isso devemos continuar a reforçar a consciência de prevenção, realizando bem todos os trabalhos de combate à epidemia e, ao mesmo tempo, devemos ter planos de longo prazo na política de recuperação económica, a fim de promover o desenvolvimento sustentável de Macau.

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 03.09.2020

O sonho da Nova Biblioteca Central durou vinte anos. O Governo tem de planear o desenvolvimento cultural, de forma global.

Há dias, o Governo anunciou a desistência do projecto da nova Biblioteca Central (Biblioteca), no edifício do antigo Tribunal, na Praia Grande. O estado original do referido edifício será mantido, o edifício será preservado para os órgãos judiciais e vai-se procurar outro local para a construção da Biblioteca. Fazendo uma retrospectiva do progresso desta Biblioteca, o Governo propôs, pela primeira vez, nas LAG para 2002, a respectiva ideia, depois, a realização de uma consulta alargada sobre a escolha do local, a decisão da escolha do antigo Tribunal e os problemas relativos à concepção e ao concurso público, etc., o que se arrastou por quase 20 anos, mas o edifício do antigo Tribunal vai continuar a ser o mesmo. Quanto à escolha do local, no início era ao lado do Centro de Ciência, passou para o antigo Hotel Estoril e depois para o antigo Tribunal, mas, até hoje, a concepção e o esboço ainda estão no ar, parecendo tudo um sonho. É claro que não fazer sempre é melhor do que errar. Só que, depois de acordarmos do sonho de 20 anos de Biblioteca, o que devemos fazer, e quais as experiências ou lições a retirar, tudo merece a nossa consideração e reflexão.

Naquela altura, a selecção do antigo Tribunal para a construção da nova Biblioteca Central foi problemática. Para além das questões de tráfego e fluxo de pessoas, o respectivo plano de construção resultou no encerramento do Teatro Caixa Preta, que tinha começado a operar na sede do tribunal desde 2014. Isto não só privou o teatro local, que lutava pela sobrevivência, de um valioso local de espectáculo, mas também dispersou os espectadores, cuja convergência não era nada fácil. Como remédio, as autoridades precisaram de construir um novo Teatro Caixa Preta no Centro Cultural. Esse incidente mostra que as autoridades carecem de uma estratégia para promover as artes e o desenvolvimento cultural de acordo com a situação prevaiente, em particular, está sempre em falta o planeamento de sítios para desenvolvimento cultural, por isso também é difícil proceder ao planeamento desse desenvolvimento. É difícil haver sistematização e continuidade no planeamento do desenvolvimento cultural e das políticas culturais, e a implementação de acções é muitas vezes inconsistente ou mesmo contraditória, resultando assim na situação: o Governo anterior propôs ideias, o Governo em exercício responsabiliza-se pela procura de terras, e o Governo que se segue vai responsabilizar-se pelo ajustamento dos planos e por nova procura de terras. Isto destaca não só a falta de planeamento urbanístico geral, mas também a negligência permanente respeitante aos locais para desenvolvimento cultural.

Devido à epidemia da Covid-19, este ano, tornou-se mais evidente o problema da não diversificação das indústrias em Macau, e a necessidade de reforçar o seu desenvolvimento diversificado já se tornou em consenso social. Para este

desenvolvimento, especialmente para o das indústrias culturais e criativas, são prioridades o planeamento dos terrenos de finalidade cultural e uma política cultural de longo prazo. Espero que o Governo reveja o actual desenvolvimento artístico-cultural, tendo em conta o caso da nova biblioteca central, e ouça com atenção as opiniões dos operadores, a fim de fazer um planeamento global sobre o desenvolvimento cultural e os terrenos para instalações culturais nos próximos 5 a 10 anos, e nas próximas décadas. Há que ponderar devidamente o planeamento de vários aspectos, nomeadamente, a promoção das actividades e das indústrias culturais, da educação cultural e artística, do aumento das qualidades humanas e do *soft power*. A par disso, há que, através do mecanismo de avaliação periódica, rever a situação, seguir a linha orientadora e promover ordenadamente o desenvolvimento cultural, de modo a ligar a cultura aos cidadãos, às comunidades e às indústrias, para o enraizamento e nutrição da cultura, e a criação de um ambiente cultural verdadeiramente benéfico para toda a sociedade.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 03.09.2020

A preocupação com as necessidades da população merece elogio!

No início do ano, sob a influência da epidemia do novo coronavírus, os cidadãos de Macau apoiaram e colaboraram activamente com as políticas de combate à epidemia do Governo, permanecendo em Macau para trabalhar e consumir. Durante a epidemia, muitos cidadãos, para melhorarem o seu estado de saúde, decidiram deslocar-se a Cheoc Van e à Praia de Hác-Sá para passear e praticar desporto. Ao mesmo tempo, o Governo abriu também o trilho da Granja Óscar, perto de Cheoc Van, para que os cidadãos pudessem ter mais um lugar para descansar e fazer exercício durante a luta contra a epidemia, o que merece o nosso elogio! Alguns cidadãos pediram-me para elogiar o Instituto para os Assuntos Municipais (IAM), porque, antigamente, não havia passeios na Vila de Coloane para a Granja do Óscar, por isso, as pessoas corriam o risco de lutar com os veículos. No entanto, depois de receber as solicitações dos cidadãos, o IAM criou, muito rapidamente, mais um passeio naquela zona. Assim sendo, é de elogiar o desempenho da acção governativa na “resposta às necessidades urgentes dos cidadãos” e em “ter por base a população”. No entanto, segundo alguns residentes, a zona junto à Granja do Óscar para chegar à Cheoc Van, junto ao Parque Natural e à Praia de Hác-Sá, continua sem passeios, assim sendo, gostaria de perguntar o seguinte: o Governo vai continuar a envidar esforços para dar resposta às necessidades prementes dos residentes, construindo mais passeios para chegar à Praia de Hác-Sá, para que os cidadãos e os turistas possam fazer exercício físico e, ao mesmo tempo, sentir melhor o ambiente de lazer da orla costeira das ilhas? Seria bom o Governo ouvir as opiniões da população e criar, quanto antes, melhores vias para os peões!

Segundo alguns cidadãos, podem viver um ambiente de lazer, mas também estão preocupados com o desenvolvimento de Macau, por isso, todos os dias, durante os seus exercícios e passeios matinais, ouvem a Rádio Macau, nomeadamente, as notícias e a música. Recentemente, a nossa equipa recebeu reclamações dos moradores da zona de Cheoc Van e e Hác-Sá, por não conseguirem receber o sinal da Rádio Macau, o que resulta em falta de “alimento moral” aquando da prática de exercício físico. Qual é a razão? Segundo os dados do Governo, a TDM é uma empresa de capitais públicos, 100%, e, nos últimos três anos, as despesas de funcionamento ultrapassaram os 300 milhões de patacas anuais do erário público, por isso, os cidadãos perguntam: a Rádio Macau pertence aos cidadãos e a empresa gasta, anualmente, montantes avultados do erário público, então, qual é a razão para não se ter sinal em Macau? Como diz o ditado, “o bom aço é utilizado na parte da faca para cortar”. O Governo deve acompanhar a situação de utilização inadequada do erário público, com vista a resolver esta situação caótica de não se conseguir receber o sinal da Rádio Macau mesmo depois de passados 20 anos do retorno à Pátria. O Governo vai fazer isso?

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 03.09.2020

Continuar com a criação de um ambiente favorável ao crescimento das crianças

Recentemente, registaram-se muitos casos envolvendo crianças e medidas que despertaram a atenção da sociedade: casos suspeitos de maus-tratos a crianças em creches privadas; casos suspeitos de divulgação de pornografia de menores por trabalhadores não residentes; no primeiro semestre do corrente ano registaram mais de dez casos de abuso sexual de crianças, o dobro comparativamente com o período homólogo do ano passado; as crianças com idade inferior a três anos não devem usar máscara, e a retoma das aulas faz-se por grupos; e a restrição do início das actividades das creches, criando dificuldades aos pais na prestação de cuidados aos seus filhos. Tudo isto demonstra que existe espaço para melhorias no respeito à prestação de cuidados, protecção e segurança das crianças.

Nos últimos anos, o Governo aumentou as vagas nas creches para as crianças com mais de 2 anos, e tem-lhes proporcionado educação e cuidados de saúde gratuitos. Mais, através da revisão da lei, foram elevadas as penas para os crimes sexuais envolvendo crianças, entre outros, aprofundando-se gradualmente o cumprimento da Convenção sobre os Direitos da Criança, incluindo os direitos fundamentais à sobrevivência, à protecção, ao desenvolvimento e à participação da criança, um trabalho que merece o nosso reconhecimento. No entanto, as crianças são a pedra basilar do desenvolvimento sustentável e o futuro de Macau. Com o desenvolvimento socioeconómico, especialmente com o aumento das famílias em que ambos os pais trabalham, é necessário encontrar um equilíbrio entre o tempo de trabalho e o tempo para cuidar dos filhos. Pelo exposto, sou de opinião que o Governo deve, em colaboração com os pais, e tendo em conta a situação real da família e da criança, concretizar os diversos planos para o desenvolvimento da criança, aperfeiçoar ainda mais o regime jurídico de protecção da criança e otimizar, de forma contínua, a educação e o ambiente para a prestação de cuidados à criança, disponibilizar toda a atenção e segurança, e disponibilizar um ambiente de crescimento saudável para as crianças de Macau. Assim, proponho o seguinte:

1. Adotar o conceito de cidade amiga das crianças na elaboração de diversas políticas públicas. Sugere-se que se tome como referência o conceito de cidade amiga das crianças, apresentado pelas Nações Unidas em 1996, proporcionar um ambiente de vida seguro, higiénico, recreativo e ecológico às crianças na construção comunitária, permitindo que o planeamento e a construção da cidade reflectam mais a voz e os elementos das crianças.

2. Aperfeiçoar o regime jurídico de protecção das crianças e construir, em conjunto, uma rede de protecção. Tendo em conta o aumento de casos de maus-tratos a crianças e de crimes sexuais nos últimos anos, exorto o Governo a

acelerar a concretização da revisão da legislação relativa à regulamentação do ambiente de crescimento diário das crianças, tais como o Regime do licenciamento e fiscalização dos centros de apoio pedagógico complementar particulares e o Regime da emissão da licença de equipamento social, para reforçar a protecção da segurança das crianças, bem como a continuar a promover, nas instituições educativas, informações sobre a educação sexual e a protecção das crianças, a elevar a ética profissional do pessoal docente, a aumentar a capacidade de autoprotecção dos alunos, a ensinar aos pais para terem capacidade de identificar e tratar dos casos em que os seus filhos suspeitem ter sido ofendidos e a reforçar a colaboração com as associações sociais, os conhecimentos sobre a protecção das crianças contra o abuso sexual e a violência, e a sensibilização sobre a lei, para aumentar os efeitos dissuasores e promover na sociedade o conceito de protecção das crianças.

3. Concretizar medidas de harmonia familiar para equilibrar os cuidados familiares e as responsabilidades laborais. Há que empregar mais esforços nas políticas de cuidados infantis, e a curto prazo, em resposta à estabilização e normalização da epidemia, há que aumentar gradualmente a proporção de medidas amigáveis aplicáveis às creches, e fixar o calendário da retoma do funcionamento das creches, a fim de prestar cuidados e apoio aos alunos do 1.º ano do ensino infantil que foram impedidos de ir à escola. A longo prazo, há que concretizar mais medidas de harmonia familiar, estudar e implementar mais medidas no âmbito dos cuidados infantis para as crianças de diferentes faixas etárias e prestar apoio educativo online. Há que proporcionar horários de trabalho flexíveis, licença parental e tempo de amamentação aos empregados que têm de cuidar das suas famílias, com vista a criar melhores condições para cuidar das crianças.

2020-09-03 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“Em tempos de pandemia e de incertezas, o Governo deve tratar os trabalhadores de forma igual evitando discriminações baseadas no local de trabalho da instituição”

Pelos vistos, o Codvid-19 estará connosco por tempo indeterminado. O Coronavírus não escolhe profissões afectando todos de forma indiscriminada.

Por isso, somos de opinião que os apoios do Governo concedidos aos trabalhadores das empresas privadas (15 mil patacas) deveriam também ser estendidos aos trabalhadores que labutam incansavelmente nas associações sem fins lucrativos nas áreas educacionais e sociais (creches, asilos,) na restauração incluindo os trabalhadores de baixas categorias da função pública. Estes trabalhadores também contribuíram para o desenvolvimento sustentável da RAEM e não deveriam ser discriminados. Apelamos ao bom senso para remediar esta tremenda injustiça.

A RAEM é uma marca importante com impacto internacional principalmente na área do Jogo, e o Governo não deve ficar "mudo" ignorando as ilegalidades e os prejuízos provocados à marca "Macau".

Vem isto a propósito de algumas queixas que temos vindo a receber ultimamente no nosso Gabinete de Atendimento aos Cidadãos face à rejeição no pagamento de milhões de patacas contra a apresentação de "fichas vivas" de algumas das "Salas VIP" das concessionárias do Jogo, alegando não terem dinheiro para pagar por não disporem de dólares de RAEHK.

Estas rejeições de pagamento minam a credibilidade e a confiança dos jogadores que vêm jogar nos casinos e afectam gravemente a imagem da RAEM. As entidades competentes devem intervir e defender o bom nome da RAEM.

A maioria das actividades económicas estão estruturalmente organizadas em edificações industriais, comerciais e habitacionais e doutra natureza que necessitam de serem estimuladas com políticas decisivas e atempadas para protecção e criação de novos os postos de trabalho especialmente em tempos de crise pandémica.

Outra questão, tem a ver com os crónicos problemas com a pavimentação das ruas, transportes públicos, recolha do lixo, rede de esgotos, capacitação do tratamento de águas, iluminação pública, saúde e habitação pública, educação de qualidade todos eles considerados elevados desafios para manutenção da qualidade de vida dos cidadãos.

Todo o aglomerado urbano deve ser propício à criatividade e fomentador do dinamismo empresarial em razão dos factores históricos, arquitectónico, económico, cultural e turístico.

Finalmente, apelamos ao Senhor Chefe de Executivo para que seja ponderada a injeção de mais cinco mil patacas nos cartões electrónicos a partir de Janeiro do próximo como forma de manter a revitalização do pequeno comércio e o apoio sustentado às PME.

Deve também ser ponderada a concessão dos subsídios de compensação pecuniária referente às receitas do ano de 2019. Paralelamente, e devido ao impacto do Codvid-19 devem ser resquidas as taxas de circulação das motos, motociclos e automóveis do corrente ano.

Muito obrigado!

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 03 de Setembro de 2020.

José Pereira Coutinho

IAOD do Deputado Au Kam San em 03.09.2020

Construir edifícios comerciais inteligentes, e promover a criação de distritos comerciais (CBD – *central business districts*)

No dia 8 de Maio, apresentei uma interpelação escrita sobre a falta de edifícios comerciais de alto nível, que impede o desenvolvimento de distritos comerciais, e coloquei a seguinte questão: “na sessão de perguntas e respostas, o Chefe do Executivo Ho Iat Seng afirmou que, com vista a colmatar a falta de edifícios comerciais inteligentes e de alto nível, após a definição do plano director do planeamento urbanístico e da zona comercial, o Governo vai leiloar terrenos para a construção deste tipo de edifícios comerciais. No entanto, só na segunda metade do corrente ano é que se vai realizar a consulta pública sobre o plano director, e olhando para este ritmo, não sabemos quantos mais anos vai demorar a divulgação do plano director, e como ainda vai ser preciso leiloar os terrenos e construir os edifícios, estou em crer que nem daqui a 10 anos vamos ter esses edifícios comerciais de alto nível. Assim, penso que a ideia de criação de um distrito comercial (CBD) vai acabar em nada. Se os escritórios de alto nível são tão importantes para o desenvolvimento económico de Macau, o Governo deve definir políticas especiais ou adoptar medidas eficazes para as promover, para não deixar fugir as oportunidades. Vai fazê-lo?”

Durante meio ano de epidemia, a economia de Macau cai seriamente, o que demonstra as deficiências de uma economia totalmente dependente das indústrias do jogo e do turismo. Neste momento, a promoção do investimento na Grande Baía e na zona industrial em Hengqin não tem nada a ver, no fundo, com o impulsionamento da diversificação económica, não trará quaisquer indústrias de valor para Macau, nem vai trazer, de maneira nenhuma, muitas oportunidades de emprego para a população de Macau. Macau, enquanto porto franco e zona com um regime fiscal simples, tem, de facto, certas vantagens, uma delas é o acolhimento de sedes das empresas que as autoridades propõem, ou seja, atrair as grandes empresas a estabelecerem as suas sedes em Macau. Isso irá trazer para Macau mais postos de trabalho de alto nível e, tendo em conta que mais de 80% dos jovens de Macau são titulares de habilitações académicas universitárias, terão potencialidades para se transformarem em quadros qualificados nas diversas áreas profissionais. Essa estratégia económica é capaz de abrir um novo espaço de desenvolvimento para a economia de Macau.

Mais tarde, na resposta que me foi dada, o Governo limita-se a dizer o seguinte: se, antes do lançamento do planeamento urbanístico geral, alguma entidade privada apresentar uma proposta que contribua para a modernização e reconversão dos edifícios comerciais existentes em Macau, os serviços competentes tratarão o assunto de acordo com a legislação em vigor e com a maior brevidade possível, de modo à articulação com as linhas estratégicas do Governo sobre a captação de investimentos.". Quer isto dizer que, antes da definição do plano director urbanístico e dos planos de pormenor das diversas

zonas, o Governo aguarda passivamente a apresentação de projectos dos construtores privados, continuando sem fazer nada. Há razões para acreditar que, com esta linha de pensamento, não será possível, nos próximos dez anos, promover a construção de edifícios comerciais inteligentes e a criação de distritos comerciais (CBD) são apenas palavras ocas.

O Governo vai promover a criação de distritos comerciais (CBD), uma política de grande importância para o futuro, mas ainda não temos nenhum planeamento urbanístico, por isso, a forma de mobilizar todos os serviços públicos para a coordenação dos trabalhos vai reflectir a sua capacidade de governação. Macau não tem um plano director urbanístico, por isso, não se sabe onde será essa zona comercial, e como Macau tem pouco mais de 30 km², não existem muitas zonas com condições para se criar um distrito comercial. Actualmente, só o terreno situado na zona B dos novos aterros e as zonas C e D do Lago Nam Van podem transformar-se num distrito comercial, portanto, aquando da definição do plano director da cidade, há que dar prioridade aos terrenos considerados adequados para a construção de edifícios comerciais inteligentes, e proceder, quanto antes, ao respectivo concurso público, por forma a promover a sua construção, a aumentar a oferta de escritórios de classe A e a criar condições para promover o estabelecimento de um distrito comercial em Macau.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 03.09.2020

A localização das instalações logísticas, armazém intermediário de combustíveis e depósito de substâncias perigosas já foi escolhida há muito tempo, assim, há que definir os projectos e concretizar a construção num prazo definido

Como a sociedade dispensou sempre atenção à localização das instalações de logística, do depósito intermediário de combustíveis e do armazém de substâncias perigosas, o Governo, no último mandato, tomou decisões sobre a localização, mas não definiu os projectos, e mais, as informações constantes das respostas recentes a interpelações escritas mostram haver contradições internas no Governo. Solicito então, que, sob a liderança do novo Chefe do Executivo, se defina quanto antes os projectos de construção, e que se preveja nas LAG os respectivos prazos.

Segundo a resposta, em Setembro passado, da Secretaria para a Segurança a uma interpelação escrita, as informações da Secretaria para os Transportes e Obras Públicas indicam que o Governo já escolheu a localização das instalações logísticas da Ilha Artificial da Ponte do Delta, e os Serviços de Alfândega vão iniciar os procedimentos de concurso assim que as Obras Públicas concluíam o planeamento. Mas estas, em Abril deste ano, em resposta escrita a interpelações, alegaram que o planeamento e a construção daquelas instalações estavam pendentes da decisão sobre a localização. Parece que há contradições internas no Governo, e mais, não se vê nenhum progresso. Sob a liderança do novo Chefe do Executivo, há que concluir, quanto antes, o planeamento do terreno e a concepção da obra, definir o projecto de construção e estabelecer nas LAG o respectivo prazo, com vista à articulação com o desenvolvimento económico pós-epidemia.

Segundo a resposta, em Dezembro passado, das Obras Públicas a uma interpelação escrita, sobre a construção do armazém de substâncias perigosas a oeste da Zona E1 dos Novos Aterros, a elaboração da planta de condições urbanísticas já tinha sido iniciada de acordo com a lei. Mas, em Abril deste ano, as Obras Públicas alegaram, em resposta a uma interpelação, que a localização daquele armazém estava em discussão, a fim de definir um plano final mais adequado à Zona E1 dos Novos Aterros. Parece que há contradições internas no Governo, e mais, não se vê nenhum progresso. Sob a liderança do novo Chefe do Executivo, há que concluir, quanto antes, o planeamento do terreno e a concepção da obra, definir o projecto de construção e estabelecer nas LAG o respectivo prazo. O plano de construir um armazém provisório de substâncias perigosas num terreno industrial de Coloane abortou, devido à forte oposição dos moradores. Na definição do planeamento urbanístico, o Governo deve ter em conta eventuais mudanças do desenvolvimento demográfico, alterando a finalidade industrial do terreno, próximo de habitações, para se poder desenvolver instalações comunitárias para a população.

No ano passado, em resposta escrita a interpelações, o Governo afirmou que já estava a preparar a mudança do armazém intermediário de combustíveis da Ilha Verde para a Ilha Artificial da Ponte do Delta, na zona sob a administração de Macau, que a localização estava definida, e que a concepção competia às Obras Públicas. Mas, em Maio deste ano, estas alegaram, em resposta escrita a interpelações, que a concepção só avançaria depois do planeamento do terreno,

(Tradução)

que ainda estava em curso, no entanto, não se vê nenhum progresso. Sob a liderança do novo Chefe do Executivo, há que concluir, quanto antes, o planeamento do terreno e a concepção da obra, definir o projecto de construção e estabelecer nas LAG o respectivo prazo. E, quanto ao terreno onde se encontra ainda o armazém intermediário de combustíveis, cuja saída já está prevista, há também que avançar com o seu planeamento, para construir instalações comunitárias para a população.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 03.09.2020

Macau tem uma área total de 32,8 Km², mas nele cabem cerca de 680 mil pessoas. O número de turistas por ano já ultrapassou 30 milhões, o que permitiu ao PIB *per capita* atingir 830 mil dólares americanos (em 2018), o 2.º lugar no mundo. Perante este resultado notório, é difícil imaginar como é que Macau é capaz de suportar uma economia tão grande com um número tão baixo de população. Tudo depende das pessoas. É verdade que a mão-de-obra é insuficiente, com escassez de recursos humanos e de talentos. Para desenvolver a economia, o Governo abriu a política de recursos humanos e de talentos, nomeadamente, quanto aos primeiros, foram importados TNR como complemento da mão-de-obra e, na política de talentos, deram prioridade aos especializados. Em certa medida, estas políticas atraíram um conjunto de talentos profissionais para suprir a insuficiência técnica dalguns sectores, o que permitiu o desenvolvimento equilibrado de todos os sectores.

A epidemia do coronavírus acarretou um grave impacto sem precedentes para a economia de Macau, em especial para as PME e as microempresas. Com o abrandamento da epidemia, todos os sectores estão a recuperar. Mas recentemente chegaram muitas opiniões de PME e de microempresas, pois alguns pedidos de renovação de TNR não foram aprovados e, nesta altura de recuperar o fôlego, fica difícil continuar os negócios. As PME e as microempresas compreendem que o Governo quer proteger o emprego dos trabalhadores locais, mas muitos TNR trabalham em sectores que exigem força física ou que são desagradáveis, como a limpeza geral e a de esgotos. Os residentes locais raramente trabalham nestes sectores, basicamente suportados pelos TNR, por isso o “corte radical” não corresponde à situação real da sociedade. Espero que o Governo considere integralmente as necessidades reais das PME e das microempresas nas medidas relativas a recursos humanos. As PME e as microempresas consideram que a epidemia teve impacto na economia e causou a elevação da taxa de desemprego, o que tornou necessária a saída ordenada dalguns TNR, mas o Governo não devia tratar disto com um corte radical, mais desfavorável à recuperação da economia de Macau.

Por outro lado, com o controlo da epidemia e o forte apoio do Governo Central, os vistos turísticos foram retomados gradualmente, e acredita-se que o desenvolvimento económico de Macau poderá manter-se estável no futuro. Face ao risco de não diversificação das indústrias, a futura diversificação adequada da economia de Macau será a única saída. Desde a estabilização da economia até à diversificação das indústrias, é importante saber como é que é ajustada, de forma científica e racional, a política de recursos humanos. O Governo não pode continuar a autorizar abusivamente a importação de mão-de-obra e a adoptar uma solução radical, o que dificulta a sobrevivência das PME que mais precisam. O Governo deve estar consciente de que a distribuição científica dos recursos humanos é a força motriz para a futura recuperação e desenvolvimento diversificado da economia, e que deve planear, activamente, as políticas de recursos humanos quando a economia se encontra em recessão, a fim de manter a estabilidade do desenvolvimento social.

1. Há que ter uma mentalidade aberta. Como existem cada vez mais conflitos comerciais a nível mundial, o comércio multilateral continua como mercado predominante, a mobilidade e a concorrência de talentos permanecem elevadas, e a conjuntura de abertura a nível mundial mantém-se. A economia de Macau é micro e é dependente, portanto, não se pode ficar a marcar passo, pelo contrário, deve seguir-se a mentalidade da política de abertura do País, especialmente em relação à importação de talentos, deve haver um posicionamento mais objectivo e preciso, que não se pode negligenciar, e há que encontrar um ponto de equilíbrio entre a salvaguarda do emprego dos locais e o apoio às PME, permitindo à sociedade conhecer plenamente a relevância dessa importação para o futuro desenvolvimento económico.

2. Para aperfeiçoar o regime de retenção de talentos, o Governo tem de rever o actual regime da sua importação, colmatar as lacunas e definir uma estratégia mais adequada ao desenvolvimento a longo prazo de Macau: reforçar internamente a formação de talentos locais, absorver no exterior os talentos necessários para o desenvolvimento industrial, aprender com as experiências de outros países e cidades na introdução de talentos, e realizar estudos relacionados com esta introdução. A par de garantir os direitos e interesses dos residentes locais e o espaço de desenvolvimento futuro, é necessário criar melhores condições para reter os quadros qualificados de que Macau necessita, a fim de concretizar a diversificação económica e elevar ainda mais a competitividade de Macau.

3. Desenvolver ao máximo o mecanismo de negociação entre empregadores e trabalhadores. No contexto do desenvolvimento económico, as relações laborais não devem ser antagónicas, e as partes devem cooperar para benefício mútuo, definir os objectivos e conhecer bem o cerne do desenvolvimento, pois só assim se pode desenvolver o futuro em conjunto. Em Macau, as relações laborais têm progredido de forma estável devido ao Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS), com plena comunicação entre as partes laboral e patronal. A economia de Macau ainda vai ter muitos desafios, especialmente na diversificação industrial. É ainda necessário haver maior consenso entre as partes laboral e patronal, e desenvolver melhor o mecanismo de negociação, para conseguir um desenvolvimento mais estável das relações laborais e conduzir a economia de Macau para um novo patamar.

IAOD dos Deputados Iau Teng Pio e Chan Wa Keong em 03.09.2020

Transmitir as experiências de sucesso e aperfeiçoar os regimes jurídicos no âmbito do combate à epidemia

No início de 2020, eclodiu o surto da epidemia da Covid-19, que alastrou imediatamente a Macau. No entanto, o Governo reagiu rapidamente e foi decisivo ao tomar medidas e, com os esforços de todos, conseguiu controlar rapidamente a situação epidémica. Até ao momento, os 46 casos locais confirmados já recuperaram, tendo-se obtido elogios a nível nacional e internacional.

Em suma, há dois factores decisivos para o sucesso de Macau nesta luta contra a epidemia, ou seja, o humano e o regime. A atitude decisiva do Governo e os esforços e empenho dos trabalhadores da linha da frente são cruciais para o sucesso do combate à epidemia, constituindo o factor humano. Mais, há uma série de regimes jurídicos eficazes, incluindo os regimes de monitorização e alerta de doenças transmissíveis, de coordenação interdepartamental de prevenção de epidemia, de comunicação de informações e de estatísticas relativas à epidemia, de garantias dos suprimentos de emergência e de resposta a emergências, e de partilha a nível regional, que também desempenham um papel relevantíssimo para assegurar que todos os residentes se unem para desenvolver, de forma uniformizada e ordenada, os trabalhos de combate à epidemia de cada fase. Estas experiências de sucesso merecem ser transmitidas de forma contínua.

Na realidade, ainda há espaço para melhoria dos regimes jurídicos no âmbito do combate à epidemia. Durante este combate, notámos alguns regimes jurídicos mais avançados que merecem ser tomados como referência pela RAEM, por isso, pretendemos trocar as nossas opiniões com todos sobre os seguintes três regimes:

1. Regime de aquisição em estado de emergência. Este regime regulamenta as aquisições feitas pelo Governo em estado de emergência, a partir de três partes, isto é, a definição de propostas de aquisição, o seu funcionamento e as soluções alternativas para a aquisição, concretizando a realização, por parte do Governo e de acordo com a lei, das aquisições em estado de emergência, e garantindo a flexibilidade das mesmas.

2. No Interior da China, existe o regime de troca de informações relativas à saúde a nível regional, que permite, através de tecnologias informáticas, o desenvolvimento de cuidados de saúde a distância, criando-se assim um modelo de cuidados de saúde unificado *online* e *offline*. Sugere-se que a RAEM, através do mecanismo de cooperação regional, tome a iniciativa de criar com as instituições médicas da Província de Guangdong um regime de troca de informações relativas à saúde, para introduzir em Macau os especialistas

médicos de alta qualidade de Guangdong, reduzindo os custos da sua mobilidade inter-regional.

3. Regime de clínicas de preparação para a saúde pública. Segundo este regime, o Governo disponibiliza aos médicos das clínicas privadas acções de formação e, quando ocorrerem surtos de doenças pandémicas, estas clínicas podem, sob a orientação dos serviços de saúde, agir de acordo com os padrões uniformizados, por forma a suprir a insuficiência dos recursos de saúde pública. Assim, serão possíveis o uso eficiente e a distribuição equilibrada dos recursos médicos limitados, em situações imprevistas, tais como a epidemia.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 03.09.2020

Efectuar bem o plano director e promover ordenadamente a renovação urbana

Sendo o plano director um plano do desenvolvimento futuro de uma cidade, com a entrada em vigor da Lei do Planeamento Urbanístico em 2014, o Governo devia ter concluído a elaboração do “plano director e dos planos de pormenor” num prazo de 5 anos, mas já se passaram 6 anos e o plano director ainda não está definido.

Como o plano director ainda não foi lançado, isso prejudicou os planos definidos e os trabalhos em curso do Governo. Muitos dos projectos de grande envergadura foram afectados e até pararam, incluindo o Plano de Ordenamento Urbanístico da Zona da Ilha Verde, o plano de aproveitamento dos terrenos desaproveitados que o Governo retomou nos últimos anos, o planeamento das áreas marítimas e das zonas comerciais, o planeamento urbanístico dos novos aterros por faixas, etc., que constituem as principais preocupações da sociedade.

Após vários anos de estudos sobre o plano director, foi apresentando, em Abril deste ano, o respectivo projecto de lei e, amanhã (dia 4), a consulta pública vai começar. Que se saiba, o novo texto abrange os planeamentos urbanísticos de 2020 a 2040, isto é, de 20 anos, esperando-se que possa abranger planos para todas as partes, que os trabalhos sejam desenvolvidos com uma visão prospectiva e uma organização macro do espaço urbano, e ainda que o conteúdo abranja as necessidades do futuro desenvolvimento social de Macau, o aumento da população e a capacidade de suporte ambiental. Mais, o referido plano deve ser revisto de 5 em 5 anos, a fim de garantir a correspondência entre o plano director e o posicionamento do futuro desenvolvimento de Macau.

Por outro lado, nos últimos anos, o Governo retomou, sucessivamente, muitos terrenos desaproveitados, adoptando o método de “primeiro, o mais fácil, e depois o mais difícil”. Actualmente, o Governo tem na reserva de solos dezenas terrenos, o que é muito diferente da situação anterior. Através do plano director, o Governo deve planear bem a utilização dos terrenos desaproveitados, para se articular com o projecto “Obra de céu azul”, a construção de habitações públicas, a falta de instalações de lazer, a insuficiência de instalações de transportes públicos, etc. O melhor método a adoptar é o aproveitamento racional dos terrenos desaproveitados, evitando assim o desperdício.

Em segundo lugar, na sequência da consulta pública sobre o Plano Director e da criação do Quadro Geral, o Governo deve iniciar, ao mesmo tempo, o planeamento pormenorizado das diversas zonas, especialmente quanto à renovação urbana, cujo trabalho se arrasta há mais de dez anos e deve ser acelerado, e também promover, quanto antes, o Regime Jurídico da Renovação Urbana, para resolver o problema considerado mais grave, o da habitação no

Bairro do Iao Hon.

Face à crise e à grande transformação a nível mundial provocada pela pandemia, o plano director é a “cabeça do dragão” da construção e do desenvolvimento urbano de Macau, que a população espera há muito. O Governo tem toda a necessidade de fazer com que o estatuto e o prestígio de Macau, enquanto cidade internacional, não sejam afectados no domínio do planeamento urbanístico.

IAOD dos Deputados Ip Sio Kai e Wang Sai Man em 03.09.2020

Desenvolver as funções de Macau nos círculos duplos

Segundo o Secretário-geral Xi Jin Ping, perante o futuro, há que ter a satisfação da procura do nosso País como ponto de partida no desenvolvimento, acelerar a construção de um sistema completo de procura interna, empenhar-se em promover a inovação tecnológica nas mais diversas áreas, e acelerar o desenvolvimento das indústrias emergentes e estratégicas, por exemplo, a economia digital, a fabricação inteligente, a saúde e novos materiais, para criar novos pontos de crescimento e interligar a produção, distribuição, circulação e consumo, formando-se uma nova conjuntura de desenvolvimento dominada pela economia nacional que permita a promoção mútua dos ciclos duplos, nacional e internacional, criando-se novas vantagens para o nosso País na participação na cooperação internacional e na competitividade.

Neste momento, Macau tem de livrar-se da recessão económica e de promover a diversificação adequada das indústrias, devendo aproveitar a oportunidade dos círculos duplos para o seu desenvolvimento. Alguns especialistas e académicos entendem que:

1. Há que desenvolver as funções de Macau como plataforma crucial dos círculos duplos. A Grande Baía é uma plataforma de círculos duplos da economia da China, e Macau é crucial nessa plataforma.

2. Há que desenvolver as vantagens particulares do regime “Um país, dois sistemas” no ciclo externo, e a função da RAEM na estratégia “Uma faixa, uma rota”, e entre a China, a África, Portugal e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Há que aprofundar a abertura ao exterior, desenvolver a função da Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, e aproveitar as vantagens ao nível do regime para promover o círculo externo, com vista à transformação de Macau numa plataforma para a comunicação de políticas, a interligação de instalações, as trocas comerciais, a integração financeira e o entendimento entre os povos.

3. Maximizar o papel nuclear de Macau enquanto principal cidade da Grande Baía na economia interna, reforçar a interação e o intercâmbio com as demais cidades principais desta Baía, aproveitar as nossas vantagens ao nível regional para promover o desenvolvimento da economia interna da Baía, e recorrer à Baía para impulsionar a economia interna do País. Macau está posicionada como centro de turismo e lazer, plataforma sino-lusófona e base de intercâmbio cultural diversificado, portanto, pode fornecer à Grande Baía serviços de convenções e exposições, negociações comerciais, feiras comerciais e outras atividades, bem como serviços de educação, académica e não académica, por formar a aumentar a força da economia interna do Interior da China, em particular da Grande Baía, e a acelerar o desenvolvimento económico da Baía.

4. Promover a diversificação adequada da nossa economia. Macau sentiu a vulnerabilidade da estrutura económica unitária durante epidemia, por isso, deve aproveitar as oportunidades de desenvolvimento da Grande Baía e as vantagens próprias, para, de acordo com as necessidades do País, desenvolver adequadamente os ramos de actividade e as indústrias de que a Grande Baía necessita, a fim de promover a diversificação adequada da economia.

Sugere-se ao Governo que encarregue os serviços competentes, as universidades e o sector económico de estudar seriamente a economia interna e externa, clarificando o respectivo conteúdo chave e analisando as vantagens de Macau na economia interna e externa, para que Macau desempenhe um papel-chave nas iniciativas “Uma Faixa, Uma Rota” e na Grande Baía, recorrendo assim ao círculo duplo para acelerar o seu desenvolvimento.